



# SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 5

## PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

MANHÃ

# TÉCNICO LEGISLATIVO POLICIAL LEGISLATIVO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas e um caderno de textos destinado às respostas definitivas das questões discursivas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- 3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e o caderno de textos destinados às respostas das questões discursivas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e do caderno de textos destinado às respostas das questões discursivas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de resposta e do caderno de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e no caderno de textos destinados às respostas das questões discursivas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

1

O *Manual de Redação e Estilo*, editado por *O Estado de São Paulo*, recomenda em suas instruções gerais que o redator deve ser claro, preciso, direto, objetivo e conciso, não devendo compor períodos de mais de três linhas e adotando sempre a ordem direta.

Assinale a opção que apresenta o segmento de Machado de Assis que segue mais de perto essas instruções.

- (A) “É uma coisa santa a democracia, – não a democracia que faz viver os espertos, a democracia do papel e da palavra, – mas a democracia praticada honestamente, sinceramente.” (*Crônicas*)
- (B) “Acredita-se que as mães são mais necessárias na segunda educação, quando o coração e o espírito começam a desenvolver-se, apesar da ideia comum de que elas são indispensáveis na primeira.” (*Contos*)
- (C) “Nem todos os mandatos são verdadeiros, ou, por outra, muitos deles são arguidos de falsos, e nem por isso deixam de ser cumpridos, porquanto a falsidade de um mandato deduz-se da opinião dos homens, e estes tanto são veículos da verdade como da mentira.” (*A Semana*)
- (D) “O mar tem surpresas e suas águas não amam só as vítimas ilustres. Também lhe servem as obscuras, sem que aliás precisem de umas nem de outras; mas é por amor dos homens que elas os matam.” (*A Semana*)
- (E) “Há criaturas que chegam aos cinquenta anos sem nunca passar dos quinze, tão simples, tão cegas, tão verdes as compõe a natureza; para essas o crepúsculo é o prolongamento da aurora.” (*A Mão e a Luva*)

2

Um jornalista, ao analisar o texto de um parlamentar que prometera apoiar a medida proposta por um outro parlamentar, criticou-o, escrevendo que “o congressista explicara em mal português que ‘daria apoio à proposição do colega’”.

Em função do exposto, aplica-se perfeitamente ao jornalista o seguinte ditado latino:

- (A) *Abusus non tollit usum* / O abuso não tolhe o uso, ou seja, o direito de uso não é abolido pelo fato de que alguém tenha abusado.
- (B) *Medice, cura te ipsum* / Médico, cure sua doença primeiro, antes de se aplicar às demais.
- (C) *Ad surdus aures canere* / Cantar para ouvidos surdos, lamentar-se sem que ninguém preste atenção.
- (D) *Amicus certus in re incerta cernitur* / O amigo certo se reconhece nos momentos de dificuldade.
- (E) *De gustibus non est disputandum* / Sobre gostos não se discute.

3

As opções a seguir apresentam frases referentes a diversos estilos de época.

Assinale a que se refere ao *Naturalismo*.

- (A) “Estilo de época caracterizado por oposições dualistas, religiosidade, fugacidade do tempo e ceticismo.”
- (B) “Estilo de época marcado pela preocupação com a verossimilhança, atenção à realidade e ambientação temporal sincrônica.”
- (C) “Estilo de época que traz temas de base científica, como as teorias da evolução biológica e o determinismo de raça, meio e momento.”
- (D) “Estilo de época marcado pela exaltação dos sentimentos e pela exaltação da liberdade em todas as formas.”
- (E) “Estilo de época que mostra uma profunda relação com a Natureza, vista como local de paz e harmonia.”

4

As opções a seguir apresentam definições de alguns gêneros literários, retiradas do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

Assinale a que cabe ao gênero denominado *crônica*.

- (A) “Obra literária em prosa, analítica ou interpretativa, sobre determinado assunto, porém menos aprofundada ou menor que um tratado formal e acabado.”
- (B) “Descrição longa das ações e sentimentos de personagens fictícios, numa transposição da vida para o plano artístico.”
- (C) “Narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis.”
- (D) “Narração histórica, ou registro de fatos comuns feitos por ordem cronológica.”
- (E) “Obra acerca de assunto grandioso e heroico.”

5

Leia os dois pequenos textos a seguir, traduzidos de autores franceses, sobre o mesmo tema: o trabalho no campo.

*“Os trabalhos de inverno chegavam ao fim, e nessa tarde de fevereiro, ensombrada e fria, João, com sua charrua, acabava de chegar à sua propriedade, onde o esperavam ainda duas horas de trabalho. Havia uma extremidade do terreno onde ele devia semear trigo, uma variedade escocesa de grão, a poulard, mais robusta, aconselhada pelo vizinho, que lhe havia posto à disposição alguns hectolitros de sementes. Em seguida, João ajustou a charrua na trilha da sementeira e, fazendo a ponta de metal entrar na terra a ser arada, gritou roucamente para os cavalos. [...] a terra remexida exalava um odor forte, odor de cantos úmidos onde fermentam os germes.”*

(Émile Zola)

*“Na outra extremidade da terra trabalhada, um jovem de boa aparência conduzia um conjunto magnífico: quatro pares de animais novos, com suas cabeças curtas, que rescendem ainda ao touro selvagem, com grandes olhos ferozes, movimentos bruscos, mostrando ainda a revolta diante do jugo recentemente imposto. O jovem que os guiava ainda devia preparar um terreno para pastagem, lugar ainda com troncos secos, um trabalho de atleta, para o qual eram suficientes sua energia, sua juventude e seus oito animais quase indomados.”*

(George Sand)

Sobre esses textos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os dois textos, com preocupações realistas, se utilizam de termos técnicos do espaço em que trabalham.
- (B) O primeiro texto mostra certa preocupação documental, apresentando detalhes da paisagem e com a ajuda de termos técnicos.
- (C) Os dois textos mostram preocupação com a apreensão da paisagem e do trabalho por meio dos sentidos.
- (D) O segundo texto mostra o trabalho sacrificante do campo, tanto para os animais, como para o homem.
- (E) O primeiro texto procura uma dimensão mais poética, enquanto o segundo mostra uma maior preocupação objetiva com a descrição dos elementos que participam da tarefa agrícola.

6

Assinale a opção que apresenta uma falácia argumentativa caracterizada adequadamente.

- (A) Ou os professores aplicam provas mais fáceis, ou os alunos apelarão para a cola. / generalização excessiva.
- (B) Se os bandidos presos se voltassem para a religião, todos os problemas desapareceriam. / simplificação exagerada.
- (C) Os esportes só beneficiam fisicamente aqueles que os praticam, não aqueles que olham e torcem. / premissa inicial falsa.
- (D) Aqueles que discriminam minorias sexuais devem também ser discriminados. / argumento em círculo vicioso.
- (E) Para defender o país, é lícito armarem-se os maiores de 18 anos de idade. / apelo ao absurdo.

7

Leia o fragmento a seguir.

*“A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide. O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita. Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito. A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador. A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa.”*

Esse é um fragmento de um texto descritivo sobre a Mona Lisa, o quadro mais famoso de Leonardo Da Vinci.

Assinale a opção que indica a frase desse texto que mostra um critério diferente na observação do quadro.

- (A) A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide.
- (B) O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita.
- (C) Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito.
- (D) A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador.
- (E) A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa.

8

Analise o texto a seguir, retirado de uma narrativa anônima.

*“A porta do restaurante se abriu e Guilherme viu dois homens entrarem e sentarem-se nos bancos do balcão. Sua aparência e sua atitude lhe causaram desgosto. Guilherme demorou a pedir o menu.*

*— O que vamos comer? Perguntou.*

*— Não sei, disse Homero, refletindo sobre sua última refeição. O que é que você vai pedir, Bernardo?*

*Eles não são daqui, pensou Guilherme, que conhecia todo mundo a quilômetros. O que é que eles podem estar querendo?*

*Do lado de fora, começava a escurecer. O comparsa deles, que os esperava no carro na esquina da rua, começava a achar que as coisas estavam demorando muito. Eles tinham encontrado, ou não, o sujeito que iam matar?*

*Os dois homens sentados no balcão consultaram o menu.”*

Sobre a focalização narrativa neste segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O narrador se coloca no exterior dos personagens, não dando qualquer indicação sobre seus pensamentos ou sentimentos.
- (B) O relato dos fatos é feito de modo a que não se compreendam as ações dos personagens, já que não faz qualquer comentário.
- (C) O narrador se limita a relatar os acontecimentos, fazendo com que o leitor saiba menos que os personagens da história narrada.
- (D) O narrador adota o ponto de vista de um personagem, mas os acontecimentos são contados pelo narrador, mas vistos e compreendidos pelo personagem.
- (E) O narrador dá uma visão dos personagens e do ambiente, mostrando pensamentos e sentimentos dos personagens.

**9**

Na redação oficial atual, são muito utilizados os pronomes de tratamento e as abreviaturas correspondentes.

Assinale a opção que indica, correta e respectivamente, para quem o tratamento é usado, a forma de tratamento e sua forma abreviada.

- (A) Cardeais / Vossa Eminência / V. Em.<sup>a</sup>
- (B) Reis e imperadores / Vossa Alteza / V. A.
- (C) Altas autoridades do Governo / Vossa Excelência / V. Ex.<sup>cia</sup>
- (D) Reitores das Universidades / Vossa Reverência / V. Rev.<sup>a</sup>
- (E) Funcionários públicos graduados / Vossa Senhoria / V. S.

**10**

Em todas as frases a seguir, a forma verbal destacada está relacionada à ação de cair.

Assinale a opção que indica a frase em que a seleção do verbo está corretamente feita.

- (A) A tarde tombou de súbito e a noite se aproximou rapidamente.
- (B) O palanque, pelo peso excessivo, desmoronou.
- (C) A pedra despencou do alto do morro sobre o povoado.
- (D) Por causa das chuvas, o muro demoliu sobre o asfalto.
- (E) Tropecei na cadeira da sala e precipitei-me no sofá.

## Raciocínio Lógico Matemático

**11**

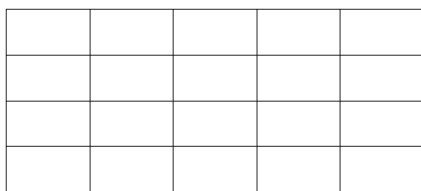
Um clube tem 180 associados que participam de suas duas atividades sociais. Há 130 frequentadores da cinemateca, enquanto 92 sócios participam das aulas de dança de salão.

Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) mais de 40 sócios participam das duas atividades.
- (B) menos de 30 sócios participam das duas atividades.
- (C) mais de 55 sócios só vão às aulas de dança.
- (D) menos de 80 sócios só vão à cinemateca.
- (E) menos de 45 sócios só vão às aulas de dança.

**12**

Determine quantos retângulos existem na figura a seguir.



- (A) 70
- (B) 90
- (C) 110
- (D) 130
- (E) 150

**13**

Considere a afirmativa a seguir.

(1) “Se tudo der certo, eu viajo amanhã.”

Avalie se as três frases a seguir são negações dessa afirmativa:

- I. Se tudo der certo, eu não viajo amanhã.
- II. Se tudo der errado, eu viajo amanhã.
- III. Se algo der errado, eu não viajo amanhã.

Assim, é correto concluir que:

- (A) I, II e III são negações da afirmativa (1).
- (B) apenas I é uma negação da afirmativa (1).
- (C) apenas II é uma negação da afirmativa (1).
- (D) apenas III é uma negação da afirmativa (1).
- (E) apenas II não é uma negação da afirmativa (1).

**14**

A quantidade de números naturais que são menores do que 1000 e têm algarismos repetidos na sua representação decimal é

- (A) 130
- (B) 140
- (C) 150
- (D) 160
- (E) 170

**15**

Um tigre avista um javali a 1km de distância e sai, em linha reta, em seu encalço. Nesse instante, o javali foge na direção contrária à do tigre.

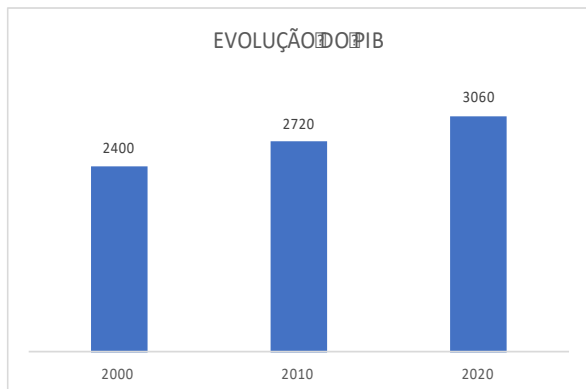
O tigre corre a 30m/s, e o javali tenta escapar a uma velocidade de 10m/s.

A distância percorrida pelo javali até ser alcançado pelo tigre é igual a

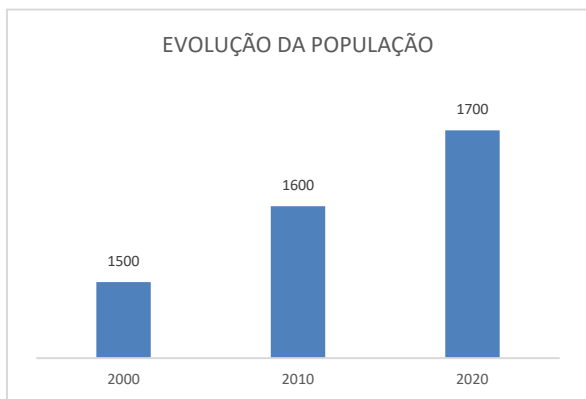
- (A) 300m.
- (B) 400m.
- (C) 500m.
- (D) 600m.
- (E) 700m.

16

O gráfico a seguir mostra a estimativa da média do Produto Interno Bruto (PIB) de um país nas três décadas do século XXI. O PIB é dado em bilhões de unidades monetárias (UM) do país.



A seguir, é apresentada a estimativa da média da evolução da população (em milhares de habitantes) ao longo do mesmo período.



O PIB *per capita* médio estimado do país nesse período é igual a

- (A) 1,7 milhão de UM por habitante.
- (B) 140 milhares de UM por habitante.
- (C) 1,6 milhão de UM por habitante.
- (D) 150 milhares de UM por habitante.
- (E) 1,4 milhão de UM por habitante.

17

Uma pesquisa eleitoral mostra que o candidato A tem a preferência de 42% dos eleitores, enquanto 30% dos eleitores optam pelo candidato B.

Para que os dois candidatos fiquem empatados, a fração de eleitores de A que deve migrar para a candidatura de B, é:

- (A)  $1/3$ .
- (B)  $1/5$ .
- (C)  $1/7$ .
- (D)  $2/5$ .
- (E)  $2/7$ .

## Língua Inglesa

Read Text I and answer the four questions that follow it.

Text I

### Behind the rise of ransomware

The story of the ransomware surge is the story of the discovery, professionalization, and growth of the targeted attack extortion model. Prior to 2016, most ransomware campaigns targeted a large and effectively random pool of end users. This “spray-and-pray” business model privileged quantity over quality, meaning ransomware actors spent less time focusing on how to apply pressure on a given victim and more time trying to reach as many victims as possible. Until the tail end of this period, ransomware did not generate enormous profits. Being a second-tier avenue of cybercrime, it failed to attract as much talent or activity as it would in the years to come.

Ransomware experienced its first period of significant growth between 2013 and 2016, when refinements to ransomware payloads, the emergence of virtual currencies, and enhanced anti-fraud measures from banks and cybersecurity vendors increased the profitability of digital extortion relative to other common avenues of cybercrime. What happened next remains unclear, but with more activity concentrating on ransomware, criminals appear to have learned how easy it was to extort organizations before piecing together how lucrative these attacks could be. Regardless, between 2016 and 2019, established cybercriminal gangs entered the targeted ransomware business en masse.

From that point until the summer of 2021, cybercriminals invested growing time and resources to improve the targeted extortion model. During this period, digital extortion became more profitable because cybercriminal gangs and cybercrime markets reoriented around a near limitless demand for targeted ransomware. Moreover, as criminals learned how to best extract revenue from victims, they launched increasingly disruptive ransomware attacks.

[...]

Even though it is tempting to hope that we are just one diplomatic agreement, one technological leap, or one regulation away from its elimination, targeted ransomware is here to stay. As with other forms of crime, the government can expect better outcomes by planning how to manage the issue over time rather than searching for quick and complete solutions.

Adapted from: [https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2022/08/Behind\\_the\\_rise\\_of\\_ransomware.pdf](https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2022/08/Behind_the_rise_of_ransomware.pdf)

18

The word “Regardless” in “Regardless, between 2016 and 2019, established cybercriminal gangs entered the targeted ransomware business en masse” is similar in meaning to

- (A) Soon.
- (B) Anyway.
- (C) Scarcely.
- (D) Although.
- (E) Conversely.

19

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- ( ) The “spray-and-pray” business model belongs to a late period in the history of ransomware.
- ( ) The analysis indicates that cybercrime is far from mushrooming.
- ( ) The text argues that solutions to cybercrime can be reached in a jiffy.

The statements are, respectively,

- (A) F – F – F.
- (B) T – F – F.
- (C) F – T – F.
- (D) T – T – F.
- (E) F – F – T.

20

When the author uses the expression “the tail end of this period” (1st paragraph), he is referring to its

- (A) wildest era.
- (B) hindmost phase.
- (C) earliest moment.
- (D) most critical stage.
- (E) most fleeting instant.

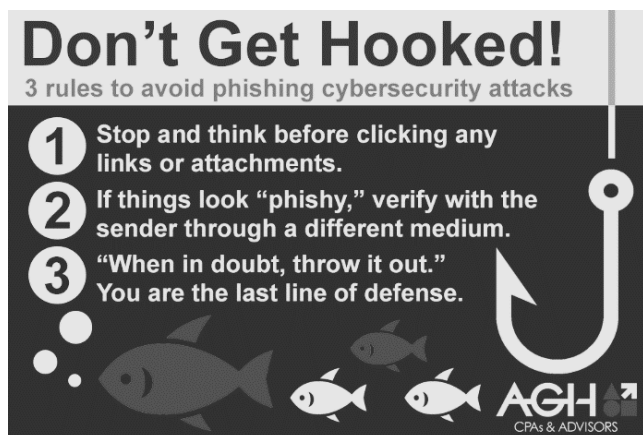
21

In “What happened next remains unclear” (2nd paragraph) implies that this period is

- (A) enduring.
- (B) sluggish.
- (C) dismal.
- (D) fuzzy.
- (E) brief.

Read Text II and answer the three questions that follow it.

Text II



From: [https://aghlc.com/resources/articles/2016/how-to-prevent-phishing-attacks-160812.aspx?hss\\_channel=tw-2432542152](https://aghlc.com/resources/articles/2016/how-to-prevent-phishing-attacks-160812.aspx?hss_channel=tw-2432542152)

22

The opening sentence in this poster is a

- (A) praise.
- (B) denial.
- (C) warning.
- (D) forecast.
- (E) complaint.

23

By using the phrase “throw it out”, the poster recommends that one should

- (A) do it up.
- (B) do for it.
- (C) do it over.
- (D) do without it.
- (E) do away with it.

24

The use of “phishy” is a play on the word “fishy”, meaning that something looks rather

- (A) dodgy.
- (B) defiant.
- (C) reliable.
- (D) sensible.
- (E) harmless.

## Direito Constitucional

25

O organismo internacional *Alfa* contratou João, renomado arquiteto, para a elaboração do projeto que nortearia a construção de sua nova sede.

O organismo internacional, insatisfeito com o teor do projeto apresentado, decidiu ajuizar ação de perdas e danos em face de João, domiciliado no Brasil, perante a Justiça brasileira.

Ao consultar um advogado, foi corretamente informado ao organismo internacional *Alfa* que a ação deveria ser ajuizada perante

- (A) o Supremo Tribunal Federal, somente cabendo recurso para o próprio Tribunal.
- (B) um juiz federal, cabendo recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) o Superior Tribunal de Justiça, cabendo reclamação para o Supremo Tribunal Federal.
- (D) um juiz federal, cabendo recurso de apelação para um Tribunal Regional Federal.
- (E) um juiz federal, cabendo recurso extraordinário diretamente para o Supremo Tribunal Federal.

26

Em determinado Estado do território nacional, foi detectado o risco de grave e iminente instabilidade institucional, ameaçando a paz social. Isto decorreu de um movimento orquestrado de oposição a certas atividades econômicas.

Considerando os termos da narrativa, a providência passível de ser decretada pelo Presidente da República, acompanhada de certas medidas coercitivas, restringindo alguns direitos fundamentais, seria

- (A) a intervenção federal, de natureza provocada, e o decreto de intervenção deve ser previamente apreciado pelo Congresso Nacional.
- (B) o estado de defesa, que não pode ser superior a trinta dias, prorrogável uma vez por igual período.
- (C) o estado de sítio, que pressupõe autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) o estado de defesa, que pressupõe autorização prévia do Congresso Nacional.
- (E) o estado de sítio, que pode ser decretado pelo tempo em que perdurar o risco.

**27**

Determinado legitimado deflagrou o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Na ocasião, foi requerida a declaração de inconstitucionalidade da Lei federal nº XX e do Decreto nº YY, que a regulamentou, detalhando a forma como seria aplicada.

Considerando a sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STF deve conhecer a ação em relação à Lei federal nº XX e ao Decreto nº YY, pois ambos são atos normativos, sendo irrelevante, para fins de controle concentrado de constitucionalidade, que o ato normativo tenha natureza legal ou infralegal.
- (B) O STF não deve conhecer a ação, pois, apesar da autonomia entre a Lei federal nº XX e o Decreto nº YY, o fato de aquela ser o fundamento de validade do segundo torna a argumentação interdependente, e o decreto só se sujeita ao controle de legalidade.
- (C) O STF não deve conhecer a ação, pois a forma como a Lei federal nº XX deve ser aplicada foi detalhada no Decreto nº YY, o que situa a análise no controle de legalidade, não no controle de constitucionalidade.
- (D) O STF somente deve conhecer a ação em relação à Lei federal nº XX, sendo vedado que afira a constitucionalidade do Decreto nº YY, que tem o seu fundamento de validade na lei, não na Constituição.
- (E) O STF deve conhecer a ação em relação à Lei federal nº XX, não havendo óbice à declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº YY, que a regulamenta, o que ocorrerá por arrastamento.

**28**

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Senado Federal, foi condenado à sanção de demissão em processo administrativo disciplinar. Não bastasse a sanção que sofrera, ainda foi informado por um colega que jamais poderia voltar a ocupar um cargo público no âmbito da União.

Irresignado com o desfecho do processo administrativo disciplinar, no qual não fora defendido por advogado, e mais ainda com a informação recebida do colega, Pedro procurou um renomado administrativista e o consultou a respeito da compatibilidade desses acontecimentos com a ordem constitucional.

Foi-lhe corretamente informado que o processo administrativo disciplinar

- (A) somente apresentará vício se Pedro demonstrar que a ausência de advogado lhe causou prejuízo, sendo que a informação do colega de Pedro estará correta se a lei prever, de modo expresse, a referida consequência.
- (B) não apresenta vício, pois a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição, estando errada a informação do colega de Pedro, pois a ordem constitucional veda sanções de caráter perpétuo.
- (C) é nulo, em razão da ausência de defesa técnica por advogado, o que comprometeu a ampla defesa, estando errada a informação do colega de Pedro, pois a ordem constitucional veda sanções de caráter perpétuo.
- (D) somente apresentará vício se Pedro demonstrar que a ausência de advogado lhe causou prejuízo, sendo a informação do colega de Pedro correta, em razão da afronta à probidade.
- (E) é nulo, em razão da ausência de defesa técnica por advogado, o que comprometeu a ampla defesa, sendo a informação do colega de Pedro correta, em razão da afronta à probidade.

**29**

O território do Município *Alfa* abrigava diversas paisagens naturais, o que gerava grande potencial turístico, sendo esta a principal fonte de receita da localidade. Esse potencial turístico, na avaliação das autoridades municipais democraticamente legitimadas, estava sendo afetado em razão da exploração de inúmeras jazidas minerais existentes no local.

Por essa razão, foi editada a Lei municipal nº XX, que limitou a exploração das jazidas às localidades indicadas no plano diretor do Município, com o que se buscava conciliar o interesse público com o interesse privado de natureza econômica.

Insatisfeita com o teor da Lei municipal nº XX, a associação das sociedades empresárias dedicadas à exploração de jazidas minerais solicitou que seu advogado analisasse a constitucionalidade desse diploma normativo.

Sobre a Lei municipal nº XX, assinale a afirmativa correta.

- (A) É formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- (B) É materialmente inconstitucional, pois é vedado estabelecer balizamentos para o exercício de atividade econômica.
- (C) É formalmente constitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- (D) É formalmente inconstitucional, pois compete apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria.
- (E) É formalmente inconstitucional, pois a matéria indicada se insere na competência legislativa residual dos Estados, que tem caráter privativo.

**30**

Em determinado concurso público direcionado ao preenchimento de cargos de provimento efetivo no Estado *Beta*, o edital dispôs sobre (I) "cláusula de barreira", de modo que apenas os candidatos mais bem classificados avancem para a fase seguinte; (II) a necessidade de aprovação em exame psicotécnico para habilitação ao cargo; e (III) a fixação de limite de idade para o acesso ao cargo.

O edital, logo após ser publicado, gerou grande insatisfação entre os candidatos em potencial, que argumentavam com a necessidade de as determinações acima referidas estarem disciplinadas em lei, não sendo admitido que constem apenas do edital.

Em relação às determinações acima, é correto afirmar que

- (A) apenas a determinação II precisaria estar prevista em lei.
- (B) apenas a determinação III precisaria estar prevista em lei.
- (C) apenas as determinações II e III precisariam estar previstas em lei.
- (D) todas podem ser previstas apenas no edital, sem prévia disciplina legal.
- (E) todas deveriam estar previstas em lei, sendo apenas reproduzidas no edital.



**31**

Em razão das notícias de irregularidades em determinado ente da Administração Pública Indireta, que explorava atividade econômica em sentido estrito, uma comissão permanente do Senado Federal deliberou adotar as medidas a seguir.

- I. Convocar determinado ministro de Estado para prestar pessoalmente esclarecimentos.
- II. Convocar o presidente do ente da Administração Pública indireta para prestar pessoalmente esclarecimentos. e
- III. Quebrar o sigilo telefônico dessas autoridades.

Em relação às referidas medidas, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) apenas as medidas I e III estão amparadas pela Constituição.
- (B) apenas as medidas I e II estão amparadas pela Constituição.
- (C) apenas a medida III está amparada pela Constituição.
- (D) apenas a medida I está amparada pela Constituição.
- (E) as medidas I, II e III estão amparadas pela Constituição.

## Direito Administrativo

**32**

Tramita no Senado Federal processo administrativo que trata da revisão, na esfera administrativa, quanto à validade de determinado ato administrativo, cuja produção já se completou.

De acordo com o regime jurídico-administrativo da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, tal revisão levará em conta as orientações

- (A) específicas da época, sendo vedado que, na interpretação de normas sobre gestão pública, sejam considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor.
- (B) gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- (C) atuais constantes em norma de conteúdo indeterminado que imponha novo dever ou novo condicionamento de direito, sendo vedado o estabelecimento de regime de transição.
- (D) atuais constantes no ordenamento jurídico em vigor, sendo vedado que, na interpretação de normas sobre gestão pública, sejam consideradas as exigências das políticas públicas a cargo do atual gestor.
- (E) específicas da época, sendo vedado que, na interpretação de normas sobre gestão pública, sejam consideradas as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo.

**33**

Marcelo, agente público do Senado Federal, verificou que Fernando, servidor público do Senado ocupante exclusivamente de cargo em comissão, cometeu ato tipificado como falta funcional punível com pena de advertência.

Diante de tal fato, no exercício de sua competência legal, Marcelo exonerou Fernando do cargo em comissão e fundamentou o ato administrativo alegando a prática de falta funcional do servidor.

O ato administrativo de exoneração praticado por Marcelo é

- (A) nulo, haja vista que foi praticado com abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato.
- (B) nulo, haja vista que foi praticado com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato.
- (C) nulo, haja vista que foi praticado com abuso de poder, na modalidade desvio de finalidade, por vício no elemento competência do ato.
- (D) válido, haja vista que a exoneração de servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão não precisaria sequer ser motivada.
- (E) válido, haja vista que a exoneração de servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão atingiu o interesse público, diante da prática de falta funcional pelo servidor.

**34**

André, técnico legislativo - policial legislativo do Senado Federal, em setembro de 2022, valendo-se de sua função de supervisor de departamento, de forma dolosa, com vontade livre e consciente, utilizou, em obra de reforma de sua casa de campo, o trabalho de estagiários da Casa Legislativa, durante o expediente, em serviços de jardinagem.

Assim agindo, em tese, André praticou ato de improbidade administrativa que

- (A) importou enriquecimento ilícito, entre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.
- (B) atentou contra os princípios da administração pública, entre cujas sanções está o pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) causou prejuízo ao erário, entre cujas sanções está a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (D) importou enriquecimento ilícito, entre cujas sanções está a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a cassação dos direitos políticos.
- (E) causou prejuízo ao erário, entre cujas sanções está a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.

**35**

Joana, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo do Senado Federal, está atuando na condução de determinado processo administrativo, cujo interessado é José, companheiro de Amélia, que é amiga íntima de infância da citada servidora.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 9.784/1999,

- (A) não pode ser reconhecida de ofício a suspeição de Joana, mas sim seu impedimento, sob pena de falta grave.
- (B) não podem ser reconhecidos nem o impedimento nem a suspeição de Joana, já que o interessado não é seu amigo íntimo.
- (C) pode ser arguida a suspeição de Joana, e o indeferimento da alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.
- (D) deve ser reconhecido de ofício o impedimento de Joana, sob pena de arguição de impedimento, e o indeferimento desta alegação poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- (E) deve ser reconhecida de ofício a suspeição de Joana, sob pena de arguição de suspeição, e o indeferimento desta alegação poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

**36**

Mário, servidor público ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, praticou incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, após regular processo administrativo disciplinar, Mário está sujeito à sanção disciplinar de

- (A) advertência, a ser aplicada pelo chefe da repartição onde o servidor estiver lotado.
- (B) suspensão por 30 (trinta) dias, a ser aplicada pelo chefe da repartição onde o servidor estiver lotado.
- (C) suspensão por 60 (sessenta) dias, a ser aplicada pelo Presidente do Senado Federal.
- (D) suspensão por 90 (noventa) dias, a ser aplicada pelo Presidente do Senado Federal.
- (E) demissão, a ser aplicada pelo Presidente do Senado Federal.

**37**

Em tema de controle da Administração Pública, a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal dos novos servidores do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo do Senado Federal que, em breve, serão nomeados, compete

- (A) à Controladoria-Geral da União, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (B) ao Tribunal de Contas da União, o qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (C) à Câmara dos Deputados, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) à Controladoria-Geral da União, a qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (E) ao Tribunal de Contas da União, o qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

**38**

Em janeiro de 2023, o Senado Federal pretende realizar a contratação, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), de serviços de manutenção dos veículos automotores que compõem sua frota.

No caso em tela, com base na Lei nº 14.133/2021, em tese, a contratação pretendida

- (A) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, em razão de sua natureza.
- (B) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, em razão de seu valor.
- (C) deve ser feita mediante prévia e indispensável licitação, na modalidade convite.
- (D) pode ser feita mediante dispensa de licitação, por expressa permissão legal.
- (E) deve ser feita mediante prévia e indispensável licitação, na modalidade pregão.

**39**

Carlos, técnico legislativo - policial legislativo do Senado Federal, no exercício da função, ao realizar revista pessoal no cidadão Antônio, inobservou as normas e os protocolos de regência, aplicando, de forma culposa, excesso de força, que causou luxação no ombro do administrado.

Inconformado, Antônio buscou assistência jurídica na Defensoria Pública da União, ajuizou ação indenizatória por danos morais e materiais e obteve êxito integral na demanda.

No caso em tela, Carlos

- (A) não está sujeito à ação regressiva, porque o ato foi praticado no exercício da função, devendo o poder público arcar integralmente com o ônus.
- (B) não está sujeito à ação regressiva, porque o ato não foi praticado de forma dolosa, mas responde o servidor na esfera disciplinar.
- (C) está sujeito à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de que agiu de forma culposa.
- (D) está sujeito à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de que agiu de forma culposa.
- (E) não está sujeito à ação regressiva, pois houve a ruptura do nexo causal, na medida em que o ato foi praticado no exercício das funções.

40

A respeito de atos administrativos, analise as situações a seguir.

- I. Técnicos legislativos - policiais legislativos do Senado Federal, observando regularmente as cautelas legais e normativas, dissolveram passeata tumultuosa no interior da Casa Legislativa.
- II. Autoridade competente do Senado Federal aplicou sanção administrativa de advertência à sociedade empresária *Beta* por infração durante a execução de contrato administrativo.
- III. Servidores públicos da agência de vigilância sanitária, no regular exercício de sua competência legal, apreenderam mercadorias impróprias para consumo ofertadas no supermercado *Alfa*.

Os atos administrativos praticados por agentes públicos nos exemplos acima estão diretamente calcados, respectivamente, nos poderes administrativos

- (A) disciplinar, hierárquico e de polícia.
- (B) de segurança pública, hierárquico e regulamentar.
- (C) de polícia, disciplinar e de polícia.
- (D) disciplinar, hierárquico e disciplinar.
- (E) de polícia, hierárquico e disciplinar.

## MÓDULO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO Direito Penal e Direito Processual Penal

41

Assinale a opção que se subsume ao tipo penal da corrupção ativa (Art. 333 do CP).

- (A) Instigar funcionário público a apropriar-se de bem cuja posse lhe foi confiada em razão do cargo.
- (B) Solicitar a médico de hospital público que ateste uma enfermidade inexistente.
- (C) Prometer vantagem indevida a funcionário público para que retarde ato de ofício, ainda que aquele recuse a proposta.
- (D) Determinar a funcionário público subordinado que aplique recursos públicos em finalidade diversa da prevista.
- (E) Solicitar a funcionário público que revele informação sigilosa da qual tem conhecimento em razão de seu cargo.

42

Durante assalto a uma joalheria, dois homens armados obrigaram a gerente, mediante grave ameaça, a abrir o cofre e a acondicionar as joias que estavam guardadas ali em uma mochila, que eles levaram consigo na fuga.

Com base no caso descrito e no conceito tripartite de crime, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cooperação da gerente com os roubadores é um fato penalmente atípico.
- (B) Em razão da ameaça, a gerente não agiu com dolo ao colaborar com os roubadores.
- (C) A gerente não agiu de forma culpável, apesar de haver cometido um injusto penal.
- (D) A gerente cometeu o crime de roubo em concurso de agentes, mas é favorecida por uma escusa absolutória.
- (E) A gerente agiu em legítima defesa, razão por que a sua colaboração com os roubadores é justificada.

43

Assinale a opção que se relaciona ao *princípio da fragmentariedade* do Direito Penal.

- (A) Considera-se praticado crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (B) A norma penal destina-se a proteger os bens jurídicos de maior expressão para a vida em sociedade, só se fazendo necessária quando os demais ramos do Direito sejam incapazes de combater com eficiência a conduta antijurídica.
- (C) Nos crimes em que se procedem mediante queixa, se um dos ofendidos concede o perdão ao ofensor, o exercício dessa faculdade não prejudica o direito dos demais quanto ao prosseguimento da ação penal.
- (D) Quando o agente, mediante um só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
- (E) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

44

A respeito do *habeas corpus*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O remédio é admissível para impugnar decisão condenatória se o paciente já houver cumprido toda a pena.
- (B) Não se admite *habeas corpus* contra ato de autoridade militar que aplica a subordinado punição por transgressão disciplinar decidida em violação ao devido processo legal.
- (C) O *habeas corpus* pode ser impetrado de forma preventiva, desde que o risco à liberdade do paciente seja iminente.
- (D) O conhecimento da petição inicial do *habeas corpus* prescinde da existência de prova pré-constituída.
- (E) O *habeas corpus* é incabível para impugnar decisão interlocutória em processo penal.

45

Acerca da *prisão em flagrante*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz deverá relaxar a prisão se houver possibilidade de impor medida cautelar alternativa ao indiciado.
- (B) Qualquer pessoa tem o dever de prender alguém que seja surpreendido em flagrante delito, salvo se isso implicar risco desproporcional para si ou para terceiros.
- (C) É lícito adentrar uma casa sem o consentimento de seus moradores, em caso de flagrante delito.
- (D) É reservado ao juiz o poder de arbitrar fiança para a soltura de pessoa presa em flagrante.
- (E) O flagrante delito é o único motivo admissível para a prisão de alguém sem ordem judicial.

46

A respeito do *inquérito policial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O inquérito policial é um procedimento administrativo de caráter inquisitorial.
- II. O delegado pode recusar vista dos autos ao defensor do indiciado se isso puser em risco o êxito de diligências investigativas ainda em curso.
- III. A sentença condenatória poderá considerar laudo pericial produzido no curso do inquérito policial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

## Criminalística

47

Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à *perícia*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, com reconhecida experiência na área, independentemente de qualificação acadêmica formal.
- (B) A formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico por ocasião da perícia é faculdade exclusiva do Ministério Público e do acusado.
- (C) O assistente técnico atuará desde o início dos trabalhos periciais, independentemente do momento de sua admissão pelo juiz, devendo ser refeitos os atos praticados previamente à sua nomeação.
- (D) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, mas as partes deverão indicar apenas um assistente técnico.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

48

Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente ao *local do crime*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime.
- (B) A realização do exame de corpo de delito terá prioridade quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência e, ainda, violência decorrente de crime praticado por motivação racial.
- (C) O exame do local onde houver sido praticada a infração poderá ser feito a partir de relatos de terceiros, não sendo necessária a manutenção do estado das coisas até a chegada dos peritos.
- (D) O exame de corpo de delito será obrigatoriamente realizado a partir dos vestígios, não podendo a prova testemunhal suprir a falta do exame.
- (E) O juiz ou a autoridade policial negará qualquer perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.

49

Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à *cadeia de custódia*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O recipiente para acondicionamento do vestígio deverá individualizar o vestígio, preservar suas características, impedir contaminação e vazamento, ter grau de resistência adequado e espaço para registro de informações sobre seu conteúdo.
- (B) Após cada rompimento de lacre, deve se fazer constar o nome e a matrícula do responsável na ficha de acompanhamento de vestígio, a data, o local, a finalidade, bem como as informações referentes ao novo lacre utilizado, devendo ser descartado o lacre anterior.
- (C) O recipiente para acondicionamento do vestígio só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise ou por outra pessoa autorizada de forma motivada.
- (D) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.
- (E) A etapa de descarte refere-se ao procedimento de liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

50

Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à *cadeia de custódia*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (B) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.
- (C) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- (D) A etapa de “fixação” da cadeia de custódia está definida em lei como a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.
- (E) A definição de “vestígio”, segundo a legislação processual brasileira, é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

## Direito Digital

51

O sigilo telemático é direito fundamental estabelecido no Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal de 1988. O avanço nos meios de comunicação provocou transformações no âmbito de proteção deste direito, bem como a respeito de eventual afastamento de tal direito em casos concretos.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O provedor de Internet pode ser compelido a fornecer o registro de acesso a aplicações de Internet, desde que presentes fundados indícios da ocorrência de ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.
- (B) A disseminação de notícia falsa por meio de redes sociais não está abrangida pela liberdade de expressão. Todavia, diante da ausência de previsão legal específica, os tribunais não podem determinar sua remoção, conforme entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral.
- (C) Cláusula contratual firmada em contrato de fornecimento de serviço de acesso à Internet pode afastar o sigilo de comunicações privadas pela Internet, desde que seja escrita e com visto específico.
- (D) O usuário tem direito à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela Internet, salvo por ordem judicial ou autoridade administrativa, neste último caso, na forma de regulamento expedido pela ANATEL.
- (E) O sigilo telemático não engloba a proteção a conversas ocorridas em aplicativos de mensagens.

52

Uma pessoa física verificou que seu sobrenome está escrito de maneira incorreta em banco de dados, mantido pela Secretaria de Saúde do Município X, destinado à gestão de programa de distribuição gratuita de medicamentos. A inexatidão da informação, verificada em confronto com o documento de identidade apresentado pelo solicitante, gerou a recusa da Administração em fornecer a medicação.

Acerca da situação acima narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A retificação do nome junto ao banco de dados somente poderá ser realizada mediante decisão judicial, sendo vedada à autoridade administrativa fazer tal correção de ofício ou mediante provocação.
- (B) O titular dos dados pessoais poderá solicitar a correção de seu sobrenome mediante petição dirigida ao agente de tratamento.
- (C) O nome da pessoa física é considerado dado pessoal sensível, motivo pelo qual a correção da inexatidão depende de decisão do Prefeito Municipal.
- (D) Por se tratar de banco de dados mantido pelo Poder Público municipal, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados não poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação, sob pena de violação à autonomia federativa.
- (E) O Poder Público não é obrigado a indicar encarregado para o tratamento de dados pessoais, pelo que eventual pedido de correção de dados constantes de bancos de dados mantidos pela Administração Pública deve ser sempre dirigido à autoridade máxima do órgão ou entidade, no caso, ao Secretário Municipal de Saúde.

53

A criação de perfis falsos em redes sociais, bem como a utilização de ferramentas de inteligência artificial para manipulação de falas (*deepfake*), são algumas das grandes celeumas a ameaçar a Internet nos dias de hoje.

O avanço da tecnologia traz para o operador do Direito diversos desafios, alguns deles enfrentados pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A rede social poderá ser responsabilizada civilmente por danos decorrentes da criação de perfil falso se, após ordem judicial específica, não tomar as providências necessárias para tornar o conteúdo indisponível.
- (B) Em respeito à liberdade de expressão, o Marco Civil da Internet veda a concessão de tutela provisória de urgência para determinar a indisponibilização de conteúdo lesivo à honra de outrem, a qual somente pode ser imposta por decisão judicial definitiva.
- (C) A Lei nº 12.965/2014 estabelece, de maneira expressa, a responsabilidade objetiva do autor de conteúdo lesivo na Internet, que apenas poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva da vítima ou o fato exclusivo de terceiro.
- (D) A decisão judicial que determinar a remoção de conteúdo lesivo a determinada pessoa poderá ser genérica, englobando informações ou usuários indistintos, a critério do juiz ou Tribunal.
- (E) O princípio da neutralidade da rede impede o fornecimento, mediante decisão judicial, de registro de conexão a aplicação de Internet, mesmo que haja fundados indícios da ocorrência de ilícito.

54

João foi o autor de homicídio qualificado em desfavor de Marina, sua primeira esposa. Condenado a 20 anos de reclusão, cumpriu integralmente a pena privativa de liberdade e, após sair da prisão, concluiu o curso de Direito e se tornou advogado atuante na área de Direitos Humanos e Direito Penal.

No ano de 2021, 34 anos após o crime, um *blog* publicou notícia intitulada “Advogado defensor de direitos humanos cumpriu pena por assassinar esposa”. No corpo da notícia, há menção ao processo que resultou na condenação de João, bem como que a motivação para o crime, alegada durante o interrogatório, foi ciúmes.

A reportagem indicou ainda que João foi investigado pela prática de outros três homicídios, informação esta que não corresponde à realidade.

João pretende invocar tanto o direito ao esquecimento quanto seu direito de resposta, a ser publicado no referido *blog*.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando que já se passaram mais de três décadas da ocorrência do crime, João poderá invocar o direito ao esquecimento, reconhecido como compatível com a ordem constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, para requerer a retirada da notícia do *blog*.
- (B) Embora João não possa arguir validamente o direito ao esquecimento na hipótese, os familiares de Marina poderão pleitear a remoção da reportagem, eis que o direito ao esquecimento é assegurado à vítima e a seus sucessores, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral.
- (C) Embora o direito ao esquecimento não se aplique ao caso em tela, eventual excesso no exercício da liberdade de expressão por parte do titular do *blog* poderá ensejar o dever de indenizar João por danos suportados à sua honra e imagem.
- (D) O exercício de direito de resposta por João em face da divulgação de que foi investigado pela prática de outros três homicídios deve ser exercido no prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da divulgação na notícia.
- (E) Caso não divulgada a resposta pelo *blog*, João poderá ajuizar ação de rito especial, prevista na Lei nº 13.188/2015, visando compelir o *blog* a divulgar sua resposta, podendo o *blog* ofertar reconvenção.

## Direitos Humanos

55

João, cidadão brasileiro, requereu o cumprimento de determinado direito ao órgão competente da União. Na ocasião, invocou uma norma do direito interno.

O requerimento de João, no entanto, foi indeferido sob o argumento de que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), ratificada em momento posterior, protegeu o referido direito em extensão inferior à defendida no requerimento formulado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o indeferimento do requerimento de João está

- (A) certo, pois a CADH, norma posterior, ao disciplinar a mesma matéria, deve prevalecer sobre a norma anterior.
- (B) certo, na medida em que a CADH tem natureza supralegal, preterindo as leis que disponham em sentido contrário.
- (C) errado, pois nenhuma disposição da CADH pode ser interpretada no sentido de limitar o gozo de direito previsto na ordem interna.
- (D) errado, ressalvada a existência de declaração expressa, exarada em momento anterior ao requerimento de João, indicando a revogação da norma de direito interno.
- (E) errado, pois o conflito entre a norma interna e a norma de Direito Internacional deve ser previamente resolvido pelo Supremo Tribunal Federal, por força do instituto do reenvio.

56

Ao constatar a ocorrência de violações massivas aos direitos humanos por determinado Estado da federação, em relação às pessoas privadas de sua liberdade e que se encontravam custodiadas em uma de suas unidades prisionais, a organização não-governamental *Alfa* consultou seu advogado a respeito da possibilidade de formular uma representação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, visando à cessação dessa ilicitude e à responsabilização dos envolvidos.

O advogado respondeu, corretamente, que

- (A) não é possível a formulação da representação, pois a Convenção Interamericana foi subscrita pela União, o que inviabiliza a responsabilização do ente subnacional dotado de autonomia política.
- (B) as interações com o sistema interamericano de direitos humanos devem ser feitas por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, que avaliará as notícias a serem repassadas.
- (C) a organização não governamental *Alfa*, a exemplo do que se verifica com qualquer do povo, pode dirigir-se, diretamente, a qualquer estrutura do sistema interamericano de direitos humanos.
- (D) as violações aos direitos dos presos são preferíveis às violações dos direitos das pessoas livres, considerando as limitações de ordem econômica que assolam a República Federativa do Brasil.
- (E) a organização não-governamental *Alfa* não pode dirigir-se diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

57

João decidiu dedicar suas reflexões à importância do direito humanitário, considerando a perspectiva do direito internacional público, na evolução dos direitos humanos.

Em suas primeiras reflexões, concluiu que o direito humanitário era expressão da fraternidade, conforme expressava o ideário da Revolução Francesa, que buscava reforçar a soberania estatal, especialmente nas relações internacionais, a partir do redimensionamento das relações do Estado com a pessoa humana, passando a ser sensível às suas agruras e necessidades.

Esse redimensionamento da soberania estatal se espalhou para as relações internacionais e direcionou o surgimento dos direitos humanos, de viés puramente convencional.

A respeito do direito humanitário e dos direitos humanos, à luz do pensamento contemporâneo, assinale a afirmativa correta.

- (A) João está certo ao expressar a ideia de que o fortalecimento da soberania estatal está umbilicalmente conectado ao alicerce histórico de sustentação dos direitos humanos.
- (B) João está errado ao identificar o direito humanitário como um exemplo de fortalecimento da soberania estatal nas relações internacionais.
- (C) João está certo ao realçar a importância do direito humanitário no fortalecimento e posterior redimensionamento da soberania estatal.
- (D) João está errado ao ver, no direito humanitário, um precedente histórico da internacionalização dos direitos humanos.
- (E) João está certo ao realçar o viés puramente convencional dos direitos humanos.

58

Maria e Joana, estudiosas da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), buscaram identificar os traços estruturais desse importante ato de direito internacional.

Maria afirmava que a DUDH consagrava exclusivamente o discurso liberal, não amparando a tese da existência e exigibilidade de direitos prestacionais perante o Estado. Joana, por sua vez, defendia que a DUDH também se harmonizava com o discurso social, necessário à construção da igualdade, embora as dimensões da liberdade e da igualdade sejam vistas de maneira separada e dividida.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria está totalmente certa e Joana, totalmente errada.
- (B) Joana está totalmente certa e Maria, totalmente errada.
- (C) Joana está totalmente errada, enquanto Maria está errada apenas ao negar a exigibilidade de direitos prestacionais perante o Estado.
- (D) Maria está totalmente certa, enquanto Joana está errada apenas ao afirmar que o discurso social é necessário à construção da igualdade.
- (E) Maria está totalmente errada, enquanto Joana está errada apenas ao afirmar que as dimensões da liberdade e da igualdade são vistas de maneira separada e dividida.

## Informática

59

Uma sociedade empresária realizou um ciclo de treinamento, composto de três cursos, para 500 profissionais. Cada profissional recebeu três notas por seu desempenho, uma para cada curso.

João incluiu esses dados numa planilha ME Excel 2010 na qual a coluna A recebeu os nomes dos participantes, e as colunas B, C e D receberam as respectivas notas.

Assinale a opção que indica o recurso do Excel que João pode utilizar para visualizar conjuntamente as melhores e piores notas dos três cursos, sem modificar a estrutura da planilha.

- (A) *Formatação Condicional*.
- (B) função de *Classificação*.
- (C) função de *Classificar e Filtrar*.
- (D) *Validação de Dados*.
- (E) *Teste de Hipóteses*.

60

Nos últimos anos, a Internet das Coisas (IoT) ganhou notoriedade com o surgimento de aplicações práticas no cotidiano de empresas e indivíduos.

Assinale a opção que apresenta uma das tecnologias que contribuíram decisivamente para a viabilidade prática da IoT.

- (A) Algoritmos de busca mais eficientes.
- (B) Bancos de dados de uso geral.
- (C) Linguagens de programação mais avançadas.
- (D) Sensores de baixo custo e baixa potência.
- (E) Sistemas operacionais com multiprocessamento.

61

Na utilização da Internet, é comum o ato de fechar uma ou mais guias e, imediatamente, voltar atrás, tentando descobrir quais foram as páginas recentemente fechadas e/ou consultas.

No contexto do Google Chrome, assinale a opção que indica o atalho de teclado que permite visualizar as guias abertas ou recentemente fechadas.

- (A) Ctrl+PgDn
- (B) Ctrl+PgUp
- (C) Ctrl+Shift+A
- (D) Ctrl+Shift+Y
- (E) Ctrl+Z

62

No contexto do MS Word 2010, acerca do *Controle de Alterações*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando as alterações feitas num documento são exibidas embutidas no próprio texto, os trechos incluídos aparecem com as letras tachadas (riscadas).
- II. Observações na forma de comentários podem fazer parte das marcações controladas pelo controle de alterações.
- III. Para mostrar a versão final corrente de um documento, sem as marcações, é preciso aceitar e/ou rejeitar todas as marcações pendentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

## Conhecimentos na Área de Atuação

63

Analise as informações a seguir.

- I. João, policial legislativo federal, foi designado para exercer a atividade de segurança de uma autoridade brasileira estranha ao Poder Legislativo.
- II. João pretende usar, no serviço, uma arma de sua propriedade, mas essa prática é vedada, não sendo admitida qualquer exceção.

Em relação à compatibilidade dessas informações com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, assinale a opção correta.

- (A) A informação I está correta, exigindo-se apenas que a segurança seja realizada no território nacional, sendo vedado que seja realizada no exterior. A informação II está errada, pois é expressamente autorizado que o policial legislativo federal porte arma de sua propriedade, bastando que comunique.
- (B) A informação I está correta, desde que a segurança seja realizada em dependência sob responsabilidade do Senado Federal. A informação II está errada, pois é expressamente autorizado que o policial legislativo federal porte arma de sua propriedade, desde que a tenha registrado na Secretaria de Polícia.
- (C) A informação I está correta, desde que a segurança seja realizada em dependência sob responsabilidade do Senado Federal. A informação II está parcialmente errada, pois o Diretor da Secretaria de Polícia pode autorizar, em caráter excepcional, por escrito, em processo, o uso da arma particular.
- (D) A informação I está errada, pois é vedado ao policial legislativo federal exercer a atividade de segurança de pessoas estranhas ao Senado Federal. A informação II está parcialmente errada, pois o Corregedor-Geral do Senado Federal pode autorizar, em caráter excepcional, por escrito, em processo, o uso da arma particular.
- (E) A informação I está errada, pois é vedado ao policial legislativo federal exercer a atividade de segurança de pessoas estranhas ao Senado Federal. A informação II está correta.

64

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Senado Federal, tomou conhecimento de que uma pessoa interrompera os trabalhos de certa Comissão Parlamentar de Inquérito e causara lesões corporais no Senador XX.

Ao consultar Joana, que ocupava o cargo de policial legislativo federal, a respeito de como se desenvolveria a investigação da infração penal que acabara de ser praticada, foi corretamente informado a Maria que

- (A) a investigação deve ser conduzida, desde o início, pela Polícia Judiciária, pois a Polícia Legislativa Federal só atua no plano administrativo.
- (B) a investigação deve ser conduzida em concurso pela Polícia Judiciária e pela Polícia Legislativa Federal.
- (C) a investigação deve ser conduzida pela Polícia Legislativa Federal, que irá interagir com o Ministério Público.
- (D) a investigação deve ser conduzida pela Polícia Legislativa Federal, que iniciará o procedimento judicialmente perante o Poder Judiciário.
- (E) a Polícia Legislativa Federal deve preservar o local e encaminhar os elementos de informação à Polícia Federal, que prosseguirá nas investigações.

65

Considerando o regramento legal brasileiro atinente ao controle parlamentar da Atividade de Inteligência, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (B) O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo, ainda, cumprir e preservar os direitos, as garantias individuais, os demais dispositivos da Constituição Federal, tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatária, e a legislação ordinária.
- (C) A execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela ABIN, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.
- (D) A ABIN somente poderá comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o conhecimento prévio da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão ou de um de seus delegados.
- (E) Quaisquer informações ou documentos sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos, em curso ou sob a custódia da ABIN somente poderão ser fornecidos às autoridades que tenham competência legal para solicitá-los pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observado o respectivo grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor, excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

66

Em relação à gestão de conflitos, à negociação, às etapas da negociação, bem como à postura e aos critérios de ação, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) A tomada de decisão é um processo que consiste em optar por uma alternativa dentre todas as que estão disponíveis no momento.
- (B) O processo de tomada de decisão pode basear-se em valores, intuição, racionalidade, bem como por meio de processo colaborativo.
- (C) A negociação poderá ocorrer segundo alguns modelos, dentre eles por meio de mediadores, por meio de juizes, por meio de agentes, bem como por meio de administradores.
- (D) O ponto básico a ser definido numa negociação é identificar claramente o problema a ser resolvido ou aquilo que se pretende solucionar.
- (E) O entendimento das demandas do outro lado, o escutar ativamente, ser empático com os sentimentos do outro e o emprego de ameaças para alcançar seu objetivo são partes de uma mesma técnica de negociação.



**67**

Considerando as ações de segurança corporativa e em especial os aspectos relacionados à segurança física e patrimonial, indique o meio que **não possui** relação com processos de monitoramento.

- (A) Controle de acesso.
- (B) Autenticação biométrica.
- (C) CFTV - circuito fechado de televisão.
- (D) Videomonitoramento.
- (E) Tipagem sanguínea com fator RH.

**68**

Considerando o regramento legal previsto no Código de Trânsito Brasileiro atinente às normas de circulação e conduta, bem como às infrações e penalidades de trânsito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Constitui infração gravíssima dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública ou os demais veículos.
- (B) Constitui infração gravíssima utilizar-se de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus.
- (C) Constitui infração gravíssima dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência ou, ainda, quando não se sentir em condições de dirigir o veículo com segurança.
- (D) Constitui infração grave deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes
- (E) Constitui infração gravíssima disputar corrida na direção de veículo automotor.

**69**

Sobre a natureza dos ataques do tipo *DoS* e *DDoS* em redes de computadores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Enviam numerosos *e-mails* com *links* falsos, direcionados para programas e *downloads* maliciosos.
- (B) Interceptam a comunicação em locais públicos em busca de informações sobre *logins/senhas*, dentre outras.
- (C) Tentam assumir remotamente o controle de outros computadores por meio de vulnerabilidades no *Firewall*.
- (D) Tentam sobrecarregar um ou mais servidores de modo a impedir o funcionamento normal dos serviços.
- (E) Usam “força bruta” para descobrir, por tentativa e erro, *logins/senhas* para invadir contas e acessar dados sensíveis.

**70**

No contexto de protocolos criptográficos, de uso frequente em redes Wi-Fi, assinale a opção que apresenta a combinação que oferece o maior grau de proteção contra intrusos.

- (A) MAC WEP.
- (B) WEP.
- (C) WF II com COMPACT.
- (D) WPA com IP.
- (E) WPA2 com AES habilitado.

## PROVA DISCURSIVA

### QUESTÃO 1

No dia 25 de setembro de 2022, completaram-se 30 anos da edição do Decreto nº 678/1992, que promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) no Brasil.

Tal convenção, assinada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos em 22 de novembro de 1969, constitui relevante instrumento normativo para efetivação e concretização dos Direitos Humanos e avanço a patamares civilizatórios mais elevados no contexto regional da América Latina, em termos de liberdade, igualdade e dignidade.

O documento internacional é um dos pilares da proteção dos Direitos Humanos no Brasil e consagra direitos políticos e civis, bem como os relacionados à integridade pessoal, à liberdade e à proteção judicial. Esta Convenção permeia todo o ciclo das mais importantes políticas públicas brasileiras e deve ser observada pelo Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em suas atividades.

**Com base na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, responda aos itens a seguir.**

- I. Em matéria de garantias judiciais, a Convenção dispõe que toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a diversas garantias mínimas.

**Cite quatro dessas garantias mínimas.**

- II. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e à aplicação das disposições da citada Convenção que lhe seja submetido, desde que os Estados-Partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam sua competência.

**Neste contexto, o que determinará a Corte Interamericana de Direitos Humanos quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegido nesta Convenção?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

**QUESTÃO 2**

Certa noite, Pedro, um policial civil à paisana, surpreendeu o ladrão Fábio quando este tentava arrombar a porta de uma mercearia situada em um bairro com alto índice de criminalidade violenta. Pedro deu voz de prisão a Fábio e apontou-lhe sua pistola. Imediatamente, Fábio largou o pé-de-cabra, levantou-se, virou-se em direção a Pedro e pôs as mãos para o alto, em sinal de rendição.

Nesse momento, o morador Luiz, que é policial militar, dobrava a esquina e deparou-se com essa situação, a cerca de 15 metros distância de onde estava. Por acreditar que Pedro fosse um assaltante e Fábio, a vítima, Luiz decidiu intervir em favor de Fábio: sacou seu revólver e desferiu um tiro no braço direito de Pedro. Com o impacto do projétil, Pedro soltou a pistola, e Fábio evadiu-se rapidamente do local.

O Ministério Público acusa Luiz do crime de lesão corporal contra Pedro, em razão do ferimento por projétil de arma de fogo.

A partir da hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

**I. Avalie a ação de Pedro em relação a Fábio.**

**II. Avalie a ação de Luiz.**

**III. A pretensão do Ministério Público deve ser acolhida? Justifique.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

